

# Capitalização dos juros é perigosa, afirma Costa Couto

“Os países latino-americanos não podem ter sua dívida continuamente aumentada pela irresponsabilidade da política monetária e fiscal dos países industrializados” — afirma o assessor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, *Élcio Costa Couto*, destacando que o controle da inflação é um problema prioritário nos países em desenvolvimento, mas “não se pode admitir que este esforço seja continuamente frustrado pela tendência dos países industrializados em financiar seus déficits fiscais crescentes através da prática de excessos na política monetária”.

Considerando “extremamente perigosa” a idéia de capitalizar os juros da dívida externa, Costa Couto defende o congelamento das taxas, de juros em torno de 3% acima da inflação do dólar, ou a média dos juros dos últimos 30 anos — algo como 7%, em contraposição aos 15% que já se prevê para os próximos meses.

“O endividamento latino-americano é, hoje, tão elevado, que isso acaba dando aos devedores um poder de negociação jamais suspeitado até por eles mesmos” — argumenta Costa Couto, citando dados da revista *Business Week*, pelos quais a suspensão dos pagamentos pelos latino-americanos jogaria nada menos que 1,1 milhão de norte-americanos no desemprego. “Se considerarmos que os bancos norte-americanos são credores de apenas 25% dessa dívida, imagine-se o impacto que teria a suspensão dos pagamentos sobre a Europa e o Japão, que detêm praticamente os restantes 75%” — argumenta Costa Couto.

Somente o Brasil, que detém um terço da dívida latino-americana, causaria uma queda no PIB americano, de quase US\$ 25 bilhões, se não efetuasse os pagamentos durante o corrente ano, lançando 400 mil norte-americanos no desemprego. Por isso, para Costa Couto, posições mais compreensivas, da parte dos credores, deveriam “ser estimuladas por um posicionamento firme dos países latino-americanos na mesa de negociação, colocando condições das quais não abririam mão”.

Além da redução das taxas de juros que incidem atualmente sobre a nossa dívida externa, Costa Couto coloca outras duas condições a serem impostas aos credores, como a limitação dos pagamentos a não mais que 40% da receita de divisas (excluindo os empréstimos obtidos), para permitir a importação de insumos e bens de capital, e a aceitação de uma taxa de crescimento positiva, ou seja, superior ao crescimento populacional dos países devedores.

Ele destaca que “o desenvolvimento dos países latino-americanos já está comprometido pelos sucessivos anos de recessão que vêm experimentando e a recuperação dos níveis absolutos do PIB e relativos de renda per capita exigirá vários anos futuros de esforço adicional de investimento desses países”.

No entanto, lembra, os países em desenvolvimento têm escassez de capital e a complementação da poupança externa é absolutamente fundamental para financiar seu desenvolvimento. No entanto, hoje, os credores se recusam até mesmo a analisar a hipótese de novos empréstimos, a não ser para rolagem da dívida já existente.

“Vale dizer, no momento em que mais se precisará da poupança externa, para a recuperação econômica após anos de crise, provavelmente ela não estará viável” — adverte.